

LIDO NO PRESENTE

Em, 15/05/2014

ESTADO DO PIAUI

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



GABINETE DO DEPUTADO MARDEN MENEZES

PROJETO DE LEI Nº 52

TERESINA, 15 DE MAIO DE 2014

Estabelece o Piso Salarial Mínimo para os Profissionais Graduados em Serviço Social do Quadro de Servidores do Estado do Piauí e dá outras Providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUI,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O piso salarial mínimo dos profissionais graduados em Serviço Social do quadro geral de servidores do Estado do Piauí, admitidos sob regime estatutário, a partir desta Lei, passa a ser equiparado ao dos profissionais da mesma área do quadro da Secretaria de Saúde.

Parágrafo único- O salário dos profissionais mencionados no caput deste artigo obedecerão ao Plano de Cargos e Salários estabelecidos pela Lei 6.201 de 27 março de 2012.

Art.2º Revogadas as disposições em contrario, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, 15 de maio de 2014.


Marden Menezes

Dep.Estadual / PSDB

JUSTIFICATIVA

Os Assistentes Sociais, embora tenham sua profissão regulamentada desde 1957, não contam com uma lei estabelecendo o piso salarial para os profissionais de Serviço Social, como ocorre com diversas outras profissões regulamentadas.

A fixação de um piso salarial para os Assistentes Sociais é de suma importância para essa destacada categoria profissional que conta, em todo o País, com cerca de 120 mil profissionais registrados nos respectivos conselhos regionais.

Os Assistentes Sociais são profissionais capacitados para analisar a realidade social de forma que possam intervir nas questões sociais através da elaboração, execução e avaliação de políticas sociais que tenham como meta o desenvolvimento humano

Logo deve-se proporcionar a garantia de condições dignas de trabalho para que sua atuação se realize de forma competente e efetiva e com remuneração adequada de seu trabalho, visto que luta diariamente para garantir o acesso a direitos e a políticas públicas pela população usuária do Serviço Social

Entendemos, assim, que a fixação do piso salarial por lei torna-se crucial para o bom desempenho de determinadas atividades, na medida em que dará melhores condições de trabalho aos profissionais que, percebendo uma remuneração condizente com suas responsabilidades.

A presente medida se justifica também como fator de valorização do profissional que, após anos e anos de estudo de graduação e especialização, ainda necessita estar constantemente se atualizando para bem atender a população.

Queremos com essa iniciativa, como já nos referimos acima, não somente valorizar os profissionais, como também contribuir para a melhoria de seu desempenho, sobretudo no que se relaciona com o atendimento à população. Por essas razões, pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

